



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

FORMULÁRIO II - NP 09 - ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
DE BEM/SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Análise de Viabilidade da Contratação Nº 1/2023 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

Em 12 de janeiro de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, para eventual aquisição de serviços de emissão de certificados digitais, para equipamentos, magistrados e servidores, conforme descrição dos itens que compõem o objeto:

Lote	Item	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Descrição
1	1	1	10	Emissão de Certificados Digitais do tipo A3 e-CNPJ ICP-Brasil, com validade de 36 (trinta e seis) meses
	2	1	2	Emissão de Certificado Digital do tipo A1 e-CNPJ ICP-Brasil, armazenado no computador, do tipo ICP-Brasil, com validade mínima de 12 (doze) meses
	3	500	4.000	Emissão de Certificados Digitais do tipo A3 e-CPF , AC-JUS/CERT-JUS, com validade de 36 (trinta e seis) meses, com dispositivo de armazenamento de certificado digital tipo <i>token</i>
2	4	1	20	Emissão de Certificados Digitais do tipo A1 ICP-Brasil para servidor Web com validade mínima de 12 (doze) meses
3	5	1	20	Emissão de Certificados Digitais do tipo A1 com EV SSL para servidor Web com validade mínima de 12 (doze) meses

2. REQUISITOS TÉCNICOS

2.1. **Item 1: Emissão de Certificados Digitais do tipo A3 e-CNPJ ICP-Brasil, com dispositivo de armazenamento de certificado digital tipo token, conforme características abaixo:**

- Validade mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de emissão do certificado;
- Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
- Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- Visita para validação presencial, a ocorrer na sede do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, na Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá, Vitória-ES, CEP 29050-906;
- O *token* a ser fornecido deverá ser padronizado durante toda a vigência da ata de registro de preços, mantendo-se a mesma marca e modelo, de modo a evitar incompatibilidade com o ambiente onde o mesmo será utilizado.
 - A licitante deverá informar a marca e modelo do *token* quando da apresentação da proposta comercial;
 - A licitante deverá informar endereços na internet onde seja possível localizar *drivers* do *token* quando da apresentação da proposta comercial;
 - A empresa registrada/Contratada somente poderá mudar a marca e modelo do dispositivo no caso de descontinuidade no mercado, ou por outro motivo superveniente que impeça a sua entrega, e após a devida autorização pelo órgão gerenciador/Contratante.

2.2. **Item 2: Emissão de Certificado Digital do tipo A1 e-CNPJ ICP-Brasil, armazenado no computador, conforme características abaixo:**

- Validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de emissão do certificado;
- Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
- Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

2.3. **Item 3: Emissão de Certificados Digitais do tipo AC-JUS/CERT-JUS do tipo A3 e-CPF ICP-Brasil, com dispositivo de armazenamento de certificado digital tipo token, conforme características abaixo:**

- Validade mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de emissão do certificado;
- Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
- Certificado CERT-JUS emitido por uma Autoridade Certificadora da cadeia de certificação da AC-JUS;
- Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- Utilizar Cadeia V5 da ICP-Brasil, ou mais atual na época da emissão, com chaves criptográficas de 2048 bits;
- O *token* a ser fornecido deverá ser padronizado durante toda a vigência da ata de registro de preços, mantendo-se a mesma marca e modelo, de modo a evitar incompatibilidade com o ambiente onde o mesmo será utilizado.
 - A licitante deverá informar a marca e modelo do *token* quando da apresentação da proposta comercial;
 - A licitante deverá informar endereços na internet onde seja possível localizar *drivers* do *token* quando da apresentação da proposta comercial;
 - A empresa registrada/Contratada somente poderá mudar a marca e modelo do dispositivo no caso de descontinuidade no mercado, ou por outro motivo superveniente que impeça a sua entrega, e após a devida autorização pelo órgão gerenciador/Contratante.

2.4. **Item 4: Emissão de Certificados Digitais do tipo A1 ICP-Brasil para servidor Web, conforme características abaixo:**

- Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);
- Validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de emissão do certificado;
- Ser baseado em SSL/TLS (Secure Sockets Layer/Transport Layer Security);
- Ter ativo o protocolo OCSP (Online Certificate Status Protocol);
- Permitir a comunicação segura por SSL com criptografia forte de 256 bits;
- Tamanho de chave RSA de 2048 bits;
- Algoritmo do certificado SHA 2 (256bits).

2.5. **Item 5: Emissão de Certificados Digitais do tipo A1 com EV SSL para servidor Web, conforme características abaixo:**

- a) Validade mínima de 12 (doze) meses, contados da data de emissão do certificado;
- b) Ser baseado em SSL/TSL (Secure Sockets Layer/Transport Layer Security);
- c) Ter ativo o protocolo OCSP (Online Certificate Status Protocol);
- d) Permitir a comunicação segura por SSL com criptografia forte de 256 bits;
- e) Tamanho de chave RSA de 2048 bits;
- f) Algoritmo do certificado SHA 2 (256bits);
- g) Fornecer Validação Extendida (EV SSL), identificando visualmente que o site está protegido (barra verde).

3. **Requisitos de entrega e prazos de execução**

3.1. **Itens 1, 2 e 4:** A emissão dos certificados digitais, quando necessária a avaliação de documentações e assinaturas, deverá ser realizada nas dependências do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo, situado na Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-906, com agendamento prévio, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

3.2. **Item 3: A empresa contratada deverá:**

a) Disponibilizar pelo menos um ponto de atendimento na cidade de Vitória/ES, um na cidade de Colatina/ES e outro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES para emissão de certificados digitais, de forma que as mesmas ocorram nas dependências da CONTRATADA;

I - Distância entre Vitória a Colatina: 135 km;

II - Distância entre Vitória a Cachoeiro de Itapemirim: 132 km.

a) Fornecer mecanismos de agendamento (site na Internet, telefone e/ou e-mail) para validação de documentos e emissão de certificados;

b) Fornecer recursos técnicos e humanos para garantir a emissão de pelo menos 16 (dezesesseis) certificados por dia para o CONTRATANTE;

c) Atender no período de 8 às 17h, com duração máxima de 30 (trinta) minutos por emissão;

d) Executar todas as atividades necessárias para a emissão do certificado digital, inclusive as solicitações de compra no sistema da empresa contratada com o uso de voucher, quando utilizado esse modelo de controle;

e) Após a emissão do certificado digital, o agente da CONTRATADA deverá solicitar que o portador do certificado assine digitalmente o termo de recebimento do certificado, a ser fornecido pelo CONTRATANTE, e encaminhar o referido termo ao Gestor da ARP, de forma a comprovar a emissão do certificado e seu pleno funcionamento;

f) No ato da emissão, o agente da CONTRATADA deverá inicializar o *token* criptográfico, quando necessário, e solicitar que o portador do certificado gere as senhas PIN e PUK do *token* criptográfico, bem como informar ao portador a diferença e a utilização destas senhas;

g) Fornecer ao portador do certificado uma senha de revogação do certificado e durante a emissão informá-lo em quais situações essa senha deve ser utilizada;

h) O agente da CONTRATADA para emissão de certificados digitais deverá orientar o portador do certificado da importância de manter suas senhas em segurança;

i) Caso não seja possível a emissão do certificado digital em um atendimento agendado, cuja responsabilidade recaia sobre a CONTRATADA, um segundo atendimento deverá ser agendado e deverá ser realizado em local de preferência do portador do certificado, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

3.3. **Item 5:** A emissão dos certificados digitais deverá ser realizada pela CONTRATADA e os certificados deverão ser entregues ao Gestor da ARP por e-mail previamente acordado, ou disponibilizado no site da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a emissão da OS.

4. **Requisitos de manutenção e de garantia**

4.1. O prazo de validade e garantia dos itens 2, 4 e 5 deverá ser de 12 (doze) meses.

4.2. O prazo de validade e garantia dos itens 1 e 3 deverá ser de 36 (trinta e seis) meses.

4.3. Após a emissão do certificado, o CONTRATANTE terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para solicitar a sua substituição se constatada desconformidade das especificações estabelecidas, devendo o mesmo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias corridos, às custas da CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades.

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer atualizações oriundas de falhas técnicas e de mudanças de diretrizes da ICP-Brasil, ou de qualquer outra diretriz de autoridade reguladora, durante todo período de validade e garantia dos certificados digitais, objeto desta contratação, contados a partir da data da emissão do certificado. Além disso, caso tal correção ou atualização acarrete na exigência da emissão de novo certificado, a CONTRATADA deverá proceder à substituição no prazo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

5. **Requisitos de qualificação técnica**

5.1. A LICITANTE melhor classificada deverá demonstrar sua capacitação técnica por meio de:

5.1.1. **Itens 1 a 4:** Comprovação de que é uma autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

5.1.2. **Item 5:** Atestado de Capacidade Técnica Operacional, em seu nome, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para emissão do certificado A1 EV SSL (Validação Extendida) ou similares.

a) Entende-se por certificados similares aqueles emitidos para sites e servidores, no padrão DV-SSL (Validação de Domínio) ou OV-SSL (Validação de Organização).

6. **Requisitos legais**

A presente contratação tem como referência os seguintes instrumentos legais: Constituição Federal de 1988; Lei nº 14.133/2021; Resolução nº 468/2022 do CNJ; Instrução Normativa nº 73/2020; e demais instrumentos correlatos.

7. **Requisitos de segurança da informação**

7.1. A CONTRATADA, para emissão do certificado, deverá estar em conformidade com as normas de segurança definidas pelo ICP-Brasil, bem como ser aprovada nas auditorias realizadas por esse mesmo órgão.

7.2. São requisitos exigidos com relação à Política de Segurança da Informação, na forma da [Resolução nº 06/2018](#) do PJES, devendo a CONTRATADA:

I - Obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pelo PJES.

II - Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse do PJES ou de terceiros

de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

III - Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação por e-mail, de qualquer dos seus recursos humanos que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização do PJES.

a) O pedido de afastamento será motivado e justificado pelo PJES.

IV - Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos eventualmente disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao PJES qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer, cabendo à CONTRATADA o ressarcimento de quaisquer dos itens acima mencionado, em quantidade e qualidade, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

V - Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, do PJES.

VI - Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas:

a) à política de segurança adotada pelo PJES e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

b) ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos;

c) ao processo de implementação, no ambiente do PJES, dos mecanismos de criptografia e autenticação.

VII - A equipe técnica da CONTRATADA deverá assinar Termo de Confidencialidade - ADENDO I antes de iniciar suas atividades junto ao PJES, bem como na substituição de integrante de equipe, nos casos especificados.

VIII - Submeter seus recursos humanos aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo PJES, durante a execução dos serviços, e, principalmente, durante a permanência nas suas dependências.

IX - Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente.

8. Requisitos de segurança institucional

I - Zelar pelo cumprimento da [Resolução nº 14/2017](#) do PJES, dando ciência do seu conteúdo a todos os seus respectivos agentes.

II - A CONTRATANTE deverá cientificar a CONTRATADA sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas relacionadas ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem como sobre a Política de Segurança da Informação.

III - Para que a CONTRATADA atenda aos requisitos exigidos com relação à Política de Controle de Acesso, deverá:

a) Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso às dependências do PJES, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por dolo ou culpa de seus profissionais.

b) Solicitar, por escrito, credenciamento e autorização de acesso para os recursos da CONTRATADA.

c) Informar e solicitar ao GESTOR ou FISCAL TÉCNICO do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o descredenciamento dos recursos desvinculados da prestação de serviços com o PJES.

d) Devolver para o CONTRATANTE todos os recursos e equipamentos eventualmente disponibilizados, como crachás, cartões certificadores, "pendrives" e outros, de propriedade do PJES, juntamente com a solicitação de descredenciamento.

9. Requisitos sociais, ambientais e culturais

9.0.1. A CONTRATADA deverá orientar sua equipe técnica sobre as boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta seletiva, inclusive à adequada destinação dos resíduos porventura gerados na execução do contrato, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente;

9.0.2. A presente contratação também visa a:

9.0.2.1. Possibilitar a modernização do PJES para um melhor atendimento jurisdicional com agilidade, eficiência e eficácia;

9.0.2.2. Prover maior celeridade na administração das demandas apresentadas ao PJES, assim como a diminuição dos custos dos serviços prestados.

10. Soluções Disponíveis:

SOLUÇÃO ÚNICA A terceirização do presente objeto se justifica uma vez que os serviços são prestados por empresas especializadas, que representam uma Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e que estejam regulares com os requisitos técnicos auditados por esse órgão, conforme a [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#), não existindo outra possibilidade de solução no mercado.

11. Análise de projetos similares realizados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública:

No item "Orçamento Estimado da Contratação", encontram-se listadas várias aquisições dos mais diversos órgãos da administração pública, contendo o objeto e valor, dentre outras informações. Além disso, este Poder Judiciário procedeu ao registro de preços de certificados digitais, conforme abaixo:

1 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES)	
Modelo de seleção	Pregão Eletrônico nº 099/2021 – Sistema de Registro de Preços, disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 925928
Objeto	Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de emissão de certificados digitais, para equipamentos, magistrados e servidores.
Vigência da ARP	12 (doze) meses
Valor	<ul style="list-style-type: none">• Certificado A1 ICP-Brasil: R\$ 630,00• Visita técnica: R\$ 20,00• Certificado A3 AC-JUS/CERTJUS ICP-Brasil: R\$ 24,50• Token: R\$ 30,19• Certificado A3 e-CNPJ: R\$ 39,99• Visita: 19,99

2 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES)	
Modelo de seleção	Pregão Eletrônico nº 037/2022 – Sistema de Registro de Preços, disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 925928
Objeto	Registro de Preços para eventual aquisição de serviços de emissão de certificados digitais, do tipo A1 com EV SSL para servidor Web
Vigência da ARP	12 (doze) meses
Valor	<ul style="list-style-type: none">• A1 com EV SSL para servidor Web: R\$ 890,00

3 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES)	
Modelo de seleção	Pregão Eletrônico nº 060/2022 – Sistema de Registro de Preços, disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 925928
Objeto	Emissão de Certificado Digital do tipo A1 e-CNPJ ICP-Brasil, armazenado no computador
Valor	<ul style="list-style-type: none"> A1 e-CNPJ ICP-Brasil: R\$ 90,00 Visita técnica: R\$ 58,00

12. Demandas dos potenciais gestores e usuários de Tecnologia da Informação:

O certificado digital é a identidade digital da pessoa física e jurídica no meio eletrônico. Ele garante autenticidade, confiabilidade, integridade e não repúdio nas operações que são realizadas por meio dele, atribuindo validade jurídica. Por identificar no meio eletrônico, ele permite que diversos serviços sejam realizados sem a necessidade da presença física, o que significa agilidade nos processos, sustentabilidade e redução de custos.

No PJES são utilizados 2 tipos de Certificados Digitais: Certificado A1 e Certificado A3.

O certificado A1 é requisito necessário para a utilização, de forma segura, de sistemas informatizados do PJES, tais como: Correio Eletrônico; Selo Digital; CADIN; Soluções de autenticação; VPN; PJe e uma diversidade de outros sistemas disponibilizados sob o domínio sistemas.tjes.jus.br. Já o certificado A3 é a identidade digital da pessoa no meio eletrônico, garantindo autenticidade, confiabilidade, integridade e não repúdio nas operações realizadas por meio dele, atribuindo validade jurídica. O certificado A3 no PJES é armazenado na mídia criptográfica (*Token*).

No tocante ao certificado A3 e-CNPJ, informa-se que o PJES possui duas unidades gestoras de recursos que necessitam do uso do mesmo para envio de informações aos órgãos de controle externo.

Mais especificamente quanto ao certificado A1 e-CNPJ ICP-Brasil, armazenado em computador, o mesmo será destinado a assinatura digital de documentos seguindo os padrões ICP-Brasil, através de sistemas que possam ser integrados ao PJe.

13. IDENTIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES

13.1. Disponibilidade de solução de TIC similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública:

Conforme item "Análise de projetos similares realizados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública" e "Orçamento estimado da Contratação" deste documento.

13.2. Soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>):

Por se tratar de fornecimento de certificados digitais, não há que se falar em outra solução.

13.3. Capacidade e alternativas do mercado de TIC, inclusive a existência de software livre ou software público:

Quanto ao Certificado Digital do tipo A1 com EV SSL para servidor Web, esclarece-se que, paralelamente a Autoridade Certificadora privada que emite certificado SSL (Secure Socket Layer), existe a Let's Encrypt que é uma Autoridade Certificadora gratuita que permite a emissão de Certificados SSL. Assim como no SSL padrão emitido por qualquer Autoridade credenciada, o serviço oferecido pela Let's Encrypt também permite aos utilizadores habilitar conexões seguras, por meio do protocolo "https" — embora não ofereça toda a robustez oferecida nos certificados EV SSL Autoridade Certificadora privada autorizada pelo governo federal.

Ressalta-se que ambos são voltados para as mesmas finalidades, dentre elas proporcionar a conexão através do protocolo "https", ao indicar, por meio de um cadeado, a presença de uma camada de segurança no ambiente.

O Let's Encrypt, apesar de ser um certificado gratuito, é um padrão mais recente (2016) e não está totalmente consolidado no mercado. Do ponto de vista da segurança, existem algumas distinções importantes entre um Certificado SSL emitido por uma Autoridade Certificadora Privada, mediante pagamento, e um SSL fornecido pela Let's Encrypt de forma gratuita. Esta última, além de não transparecer muita confiança, não oferece garantias em relação à proteção dada pela Autoridade Certificadora. Por outro lado, Autoridades Certificadoras diversas oferecem uma espécie de "seguro", pago em dinheiro, caso falhas sejam detectadas no Certificado. Ou seja, o EV SSL de uma Autoridade Certificadora privada acaba sendo uma opção mais confiável.

Citam-se, abaixo, outras desvantagens do Let's Encrypt:

- impossibilidade de proteger múltiplos subdomínios dentro da página;
- não é capaz de verificar a identidade do indivíduo da empresa — o que torna mais sensível a troca de informações entre o visitante e o servidor, pois não se sabe se a página é realmente de quem se diz ser;
- não trabalha com a validação estendida de domínio — isso significa que não há a presença da barra verde ao lado da URL da página;
- não opera com Certificados de validação da organização (OV);
- não possui Certificados com validação estendida (EV).

Assim, dada a fragilidade deste certificado, o mesmo não poderá ser considerado para a presente contratação haja vista que é indispensável estabelecer uma comunicação segura com o usuário e com dados de caráter sensível, de maneira que não se coloque em risco a integridade das informações desta Administração.

13.4. Observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário:

Não aplicável ao objeto do contrato.

13.5. Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), quando houver necessidade de utilização de certificação digital, observada a legislação sobre o assunto:

As auditorias no âmbito da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP-Brasil são realizadas de forma independente e reguladas pela Resolução nº 72, do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), (http://www.iti.gov.br/images/repositorio/legislacao/resolucoes/em-vigor/Resolucao72_.pdf), que dita as normas de credenciamento das empresas que realizarão as mesmas. O documento citado também norteia o conceito de metodologia da auditoria, como manuais, roteiros, papéis de trabalho, mapa de riscos, procedimentos, técnicas, formulários, relatórios e modelos. Os trabalhos de auditoria são regidos pelo Código de Ética e princípios éticos para o exercício das atividades de auditoria interna e independente estabelecidos pelos diversos órgãos reguladores ou de classe, como o Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria Geral da União - CGU, Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Comissão de Valores Monetários - CVM, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, Information Systems Audit and Control Association - Isaca, Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra e Instituto dos Auditores Internos - IIA.

13.6. Observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus);

Não aplicável ao objeto da contratação.

14. ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ITEM 1 - A3 CNPJ

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	
00058/2021	3	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	5	R\$85	CERTIMIN

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário		
00052/2021	4	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	5	R\$90	RIO MADEI	
00001/2022	3	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	1	R\$100	TOPOS TEC	
00043/2021	2	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	13	R\$90	AR RP	
00009/2022	2	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	3	R\$78,99	RIO MADEI	
04211/2022	1	Dispensa de Licitação	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	50	R\$67	SERVICO FEDERAL I	
00004/2022	2	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	2	R\$98	AR RP	
00019/2022	2	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	5	R\$95	AR RP	
00003/2022	5	Pregão	27197	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA JURIDICA	UNIDADE	3	R\$60	SOLUTI - SOLUC	
							Mediana	R\$ 90,00	
							Média	R\$ 84,89	

ITEM 2 - A1 CNPJ

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário		
00159/2022	1	Dispensa de Licitação	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	1	R\$148	ASSOCIACAO COMERCIAL	
00097/2022	2	Dispensa de Licitação	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	1	R\$149	ALFA BUREAU	
00020/2022	1	Dispensa de Licitação	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	1	R\$153	SERVICO FEDERAL DE F	
00038/2022	1	Dispensa de Licitação	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	2	R\$188	IN	
00012/2022	1	Dispensa de Licitação	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	1	R\$218	SERVICO FEDERAL DE F	
00005/2022	1	Dispensa de Licitação	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	1	R\$229		
00060/2022	1	Pregão	27162	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA PESSOA JURIDICA	UNIDADE	5	R\$ 148	AR RP CER	
							Mediana	R\$ 176,14	
							Média	R\$ 153,00	

ITEM 3 - A3 CPF

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário		
00097/2022	2	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	15	R\$5	SOLUTI - SOLUCOE	
00041/2021	3	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	10	R\$24,89	RIO MADEIRA	
00750/2021	3	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	25	R\$25	CERTISIGN	
00201/2022	5	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	50	R\$30	CERTISIGN	
00201/2022	7	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	10	R\$30	CERTISIGN	
00003/2022	2	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	100	R\$42	AR RP CEI	
00029/2021	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	85	R\$43	AR RP CEI	
00010/2022	2	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	30	R\$44,98	AR RP CEI	
00058/2021	5	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	110	R\$55	RIO MADEIRA	
00055/2022	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	300	R\$62	SOLUTI - SOLUCOE	
00003/2022	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	219	R\$62,90	MUI	
00033/2021	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	300	R\$64,66	SOLUTI - SOLUCOE	
00019/2022	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	206	R\$65	SOLUTI - SOLUCOE	
00004/2022	1	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	119	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00012/2022	3	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	50	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
51046/2022	2	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	100	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00043/2022	1	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	20	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00012/2022	1	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	210	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00003/2022	2	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	50	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00024/2022	2	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	100	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00015/2022	2	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	125	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00022/2022	3	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	20	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00008/2022	2	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	20	R\$67	SERVICO FEDERAL DE I	
00025/2022	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	200	R\$69	CERTISIGN	
00001/2022	1	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	2	R\$70	AR RP CEI	
00059/2022	1	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	130	R\$72	AR RP CEI	
00024/2021	2	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	80	R\$73	AR RP CEI	
00041/2022	1	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	11	R\$74	AR RP CEI	
00049/2022	1	Dispensa de Licitação	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	7	R\$74,33	RIO MADEIRA	
00201/2022	3	Pregão	27189	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A3, COM TOKEN PESSOA FISICA	UNIDADE	50	R\$74,86	AR RP CEI	
							Mediana	R\$ 63,78	
							Média	R\$ 58,00	

ITEM 4 - A1 SERVIDOR WEB

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00028/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	5	R\$610	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF	05/08/2022
00031/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	5	R\$610	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	COMANDO DA MARINHA	740014 - CENTRO LOGISTICO DO MATERIAL DA MARINHA	12/04/2022
00009/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$820	BRHOST SERVICOS DIGITAIS LTDA	JUSTICA DO TRABALHO	080025 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIAO	25/08/2022
00037/2022	1	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	10	R\$890	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	TRIBUNAL DE JUSTICA DO EST. ESPIRITO SANTO	925968 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO EST. ESPIRITO SANTO	22/06/2022
00016/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$890	X.DIGITAL BRASIL SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	COMANDO DA MARINHA	751213 - CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA	10/08/2022
00028/2022	2	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$1020	CERTIMINAS CERTIFICACAO DIGITAL LTDA	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF	05/08/2022
00099/2022	1	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	10	650	CERTIMINAS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA-ME	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ES	925968 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ES	16/02/2022
							Média	R\$ 784,29			
							Mediana	R\$ 820,00			

ITEM 5 - A1 EV SSL

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	
00055/2022	6	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$303	SOLUTI - SOL
00017/2022	1	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	2	R\$395	X.DIGITAL BR
32006/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$420	COA
00004/2022	2	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	2	R\$520	AR I
00005/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	2	R\$529	GMO GLOB
00008/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$545	X.DIGITAL BR
00004/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	2	R\$596,22	SOLUTI - SOL
00009/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	3	R\$620	SOLUTI - SOL
00008/2022	2	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$640	X.DIGITAL BR
00008/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$680	SOLUTI - SOL
00017/2022	2	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	4	R\$725	X.DIGITAL BR
00010/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	4	R\$810	X.DIGITAL BR
00051/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$999	EMIL/
00196/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$1010	X.DIGITAL BR
00004/2022	4	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	2	R\$1050	CERTI
00030/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$1127,53	CERTI
00012/2022	3	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	15	R\$1254	SERVICO FEDER/
00015/2022	5	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	25	R\$1254	SERVICO FEDER/
00006/2022	1	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	2	R\$1254	SERVICO FEDER/
00005/2022	2	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$1254	SERVICO FEDER/
00004/2022	2	Dispensa de Licitação	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	1	R\$1254	SERVICO FEDER/
00746/2021	9	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	15	R\$1599	CERTI
00011/2022	3	Pregão	27170	EMISSAO DE CERTIFICADO DIGITAL A1 PARA EQUIPAMENTO SERVIDOR	UNIDADE	3	R\$2866,66	CERTI
							Mediana	1.127,53
							Média	1.530,00

Resumo do orçamento estimado para as quantidades máximas com base na pesquisa de preços

Lote	Item	Descrição	Quant. Máxima	Valor Orçado	Valor Máximo
	1	A3 e-CNPJ ICP-Brasil com token	10	84,89	848,90

1	2	A1 e-CNPJ ICP-Brasil	2	153,00	306,00
	3	A3 e-CPF com token	4.000	58,00	232.000,00
TOTAL DO LOTE 1					233.154,90
2	4	A1 ICP-Brasil para servidor Web	20	784,29	15.685,80
3	5	A1 com EV SSL	20	1.127,53	22.550,60
TOTAL GERAL					271.391,30

Registra-se que o orçamento estimado foi realizado pelo integrante técnico e pela integrante administrativa, os quais fizeram uso da Instrução Normativa nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços. Embora tenham sido identificadas inúmeras contratações de igual objeto, várias delas foram descartadas, uma vez que os preços estavam excessivamente elevados ou bem abaixo dos preços praticados.

Conforme estabelece citada instrução, em seu art. 5º, § 1º, foram priorizados os preços praticados no âmbito da administração pública, não sendo realizada a pesquisa de mercado com fornecedores. Além disso, de acordo com o art. 6º de mesma instrução, o método utilizado para obtenção do preço estimado foi o menor dos valores apurados entre a média e a mediana de cada item. Desta forma, calculou-se o valor estimado total de R\$ 271.391,30 (duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos) para o quantitativo máximo.

15. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DA SOLUÇÃO DE TIC

Como existe uma única solução possível que atende aos anseios desta Administração, não será feita qualquer avaliação e comparação entre soluções. Entretanto, da pesquisa de mercado, obteve-se o valor total estimado de R\$ 271.391,30 (duzentos e setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos), para o quantitativo máximo pretendido, considerando 24 meses de vigência da ata de registro de preços.

16. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA (DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO)

Considerando a existência de apenas uma solução para a presente demanda, não há outra possibilidade diferente da terceirização dos serviços, como demonstrado neste documento.

17. AVALIAÇÃO DO AMBIENTE PARA VIABILIZAR A CONTRATAÇÃO

17.1. **Infraestrutura tecnológica:** Os equipamentos de informática (computadores, impressoras e outros) e acesso à internet serão de responsabilidade da CONTRATADA;

17.2. **Infraestrutura elétrica/ Espaço físico/ Mobiliário:** Não há necessidade de adaptação, entretanto CONTRATADA e CONTRATANTE deverão dispor dessa infraestrutura quando da emissão dos certificados.

18. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Integrante Demandante: Marcos Rosi Marinho;

Integrante Técnico: Vinícius Milere Moreira;

Integrante Administrativo: Ana Lucia Brunoro.

19. APROVAÇÃO E VALIDAÇÃO

Carlos Vinícius de Arimatéa - Secretário de Tecnologia da Informação

Nos termos do FORMULÁRIO II da Norma de Procedimento 09, assinam:

o Integrante Demandante, o Integrante Técnico, o Integrante Administrativo responsáveis pela elaboração do documento;

o Secretário(a)/Assessor titular da área demandante responsável pela aprovação do documento;

e o Secretário de Tecnologia de Informação responsável pela validação do documento .



Documento assinado eletronicamente por VINICIUS MILERE MOREIRA, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM INFORMATICA, em 12/01/2023, às 19:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por ANA LUCIA BRUNORO, ASSESSOR JUDICIARIO, em 13/01/2023, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS ROSI MARINHO, ASSESSOR JUDICIARIO, em 13/01/2023, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por CARLOS VINICIUS DE ARIMATEA, SECRETARIO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 16/01/2023, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1444547 e o código CRC AE2EF4C9.